

TÁXI, MOTOTÁXI E MOTO-FRETE: ADEQUAÇÕES LEGAIS, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1. Os serviços públicos e o serviço de táxi e mototáxi
 - 1.1. Conceito jurídico de serviço público
 - 1.2. Critérios para a definição de serviço público
 - 1.3. O conceito estrito de serviço público
 - 1.4. A classificação dos serviços públicos
 - 1.5. A síntese com base nos posicionamentos doutrinários
2. Os serviços de táxi e mototáxi e as decisões judiciais
 - 2.1. As decisões que vinculam o serviço de táxi e mototáxi a serviço público concedido
 - 2.2. As decisões sobre o serviço de táxi e mototáxi como serviço público não concedido
 - 2.3. O posicionamento do STF, do STJ e dos Tribunais de Justiça
 - 2.4. Os serviços de moto-frete e as decisões judiciais
3. As concessões, permissões e as autorizações de serviços
 - 3.1. O conceito antigo de concessões e permissões
 - 3.2. As concessões e permissões sob o regime da nova lei
 - 3.3. Serviço público sob regime de concessão
 - 3.4. Fundamentos sobre as autorizações de serviços
4. Os serviços de táxi, mototáxi e moto-frete e a competência municipal
 - 4.1. A competência da União e os limites da legislação estadual
 - 4.2. A reserva de competência legislativa para os Municípios
5. As características e a diferenciação do regime jurídico aplicável a táxi, mototáxi e moto-frete
 - 5.1. A legislação aplicável aos serviços de táxi, mototáxi e moto-frete
 - 5.2. As disposições da Lei N.º 12.468/2011 e da Lei N.º 12.009/2009
 - 5.3. A Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos
 - 5.4. A legislação municipal e as adequações necessárias
6. Os princípios aplicáveis ao serviço de táxi e mototáxi
 - 6.1. Princípios relativos aos serviços públicos
 - 6.2. Princípios constitucionais aplicáveis à delegação e fiscalização dos serviços
 - 6.3. Os princípios de caráter econômico aplicáveis ao serviço de moto-frete
7. As regras de trânsito aplicáveis aos serviços
 - 7.1. Exigências para os veículos e motocicletas de táxi, mototáxi e moto-frete
 - 7.2. Exigências para os condutores de táxi, mototáxi e moto-frete
 - 7.3. Exigências de trânsito e transporte de iniciativa municipal
 - 7.4. Questões controversas aplicáveis aos regimes dos serviços: limitações municipais
8. A seleção dos prestadores de serviço
 - 8.1. Instrução dos processos licitatórios e critérios de seleção dos prestadores
 - 8.2. Quem pode concorrer para a prestação dos serviços
 - 8.3. Documentos a serem exigidos
 - 8.4. Instrumento de formalização das permissões e das autorizações
9. A fixação das tarifas, os critérios a serem observados e a atualização monetária
10. A fiscalização dos serviços municipais e dos serviços privados
 - 10.1. Atribuições de competência municipal: órgãos e agentes responsáveis
 - 10.2. Procedimentos administrativos a serem adotados pela fiscalização
 - 10.3. As penas pelo inadimplemento das exigências normativas
 - 10.4. O devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a motivação
11. Questões controversas: direito sucessório, de compra e venda e de transferência dos serviços
12. A Lei de Improbidade e o alcance sobre os atos de gestão dos serviços de táxi, mototáxi e moto-frete

ANEXOS

Modelo de Projeto de Emenda à Lei Orgânica

Modelo de projeto de lei: disciplina municipal do serviço de táxi, mototáxi e moto-frete

Disposições da Constituição Federal e Código de Trânsito Brasileiro aplicáveis aos serviços referidos